

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
POLO TOMÉ-AÇU

**ANA PAULA VIEIRA DO NASCIMENTO**

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES  
NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUÍIA/PA**

TOMÉ-AÇU  
2022

**ANA PAULA VIEIRA DO NASCIMENTO**

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES  
NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUIA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção  
do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela  
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira

TOMÉ-AÇU  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

N244e Nascimento, Ana Paula Vieira do.  
Educação e Resistência : o acesso ao ensino superior para  
mulheres negras da Comunidade Quilombola Santa Terezinha em  
Irituia/pa / Ana Paula Vieira do Nascimento. — 2022.  
24 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Mulheres quilombolas . 2. Educação Superior . 3. acesso  
ao ensino superior. I. Título.

CDD 370

---

**ANA PAULA VIEIRA DO NASCIMENTO**

**EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES  
NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUIA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira

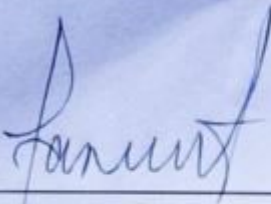
**BANCA EXAMINADORA**


recomendaram, por consenso, pela:

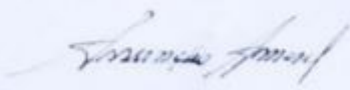
(X) APROVAÇÃO COM CONCEITO EXCELENTE

Recomendações para a entrega da versão final do TCC:

Tomé Açu/PA, 26 de agosto de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento – Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Vilma Nonato de Brício – Avaliadora/UFPA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral – Avaliador/UFPA

## EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA

### MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUÍIA/PARÁ

Ana Paula Vieira do Nascimento- Orientanda

[paula26111980@gmail.com](mailto:paula26111980@gmail.com)

Sérgio Bandeira do Nascimento – Orientador

[sergbandeira@ufpa.br](mailto:sergbandeira@ufpa.br)

#### RESUMO

O presente artigo decorre de algumas problematizações desenvolvidas na disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia do curso de Pedagogia da UFPA, campus Abaetetuba, Polo de Tomé Açu e apresenta como temática central Acesso ao Ensino Superior por mulheres quilombolas na Comunidade de Santa Terezinha no município de Irituíia/PA. Propõe como objetivo discutir as condições históricas de acesso ao ensino superior de quatro mulheres negras do referido quilombo. A questão principal que move o presente estudo consiste em tratar quais condições históricas que possibilitaram as referidas mulheres do quilombo em questão para acesso e mesmo a permanência no ensino superior. No plano metodológico o estudo ancora-se em uma pesquisa de cunho bibliográfica com suporte de entrevistas semiestruturadas e documental. Os resultados indicam que, das quatro mulheres entrevistadas apenas uma não concluiu o curso superior, apenas uma encontra-se atuando profissionalmente na sua formação e uma já finalizou os seus créditos acadêmicos e está na fase de conclusão do curso. E a outra já concluiu duas graduações, mas até o presente momento não atua em suas áreas de formação

**Palavras Chave:** Mulheres quilombolas; Educação Superior; acesso ao ensino superior.

#### ABSTRACT

This article stems from some problematizations developed in the discipline History of Brazilian and Amazon Education of the Pedagogy course at UFPA, Abaetetuba campus, Polo de Tomé Açu and presents as its central theme Access to Higher Education by Quilombola Women in the community of Santa Terezinha in the municipality from Irituíia/PA. It proposes as an objective to discuss the historical conditions of access to higher education for 4 black women from the aforementioned quilombo. The main question that drives the present study is to address the historical conditions that enabled the aforementioned women from the quilombo in question to access and even stay in higher education. At the methodological level, the study is anchored in a bibliographic research supported by semi-structured and documentary interviews. The results indicate that, of the four women interviewed, only one did not complete the higher education course, only one is working professionally in her training and one has already finished her academic credits and is in the phase of completion of the course. And the other has already completed two graduations, but so far does not work in their areas of training.

**Keywords:** Quilombola women; College education; access to higher education.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o acesso ao ensino superior para mulheres negras pertencentes ao quilombo Santa Terezinha no município de Irituia, na Amazônia paraense. Historicamente a formação no ensino superior no Brasil é um campo muito pouco acessado pela população afrodescendente. Entender como se dá esse processo da produção da identidade, de formação da mulher quilombola ao acesso no ensino superior é um dos objetivos desse estudo, levando em consideração os dados levantados através de narrativas e relatos das estudantes, buscou-se analisar como se deu o acesso dessas mulheres negras ao ensino superior. Porém, a experiência de acesso para grande parte das mulheres quilombolas, não necessariamente é a garantia de sua permanência no ensino superior. Desse modo, percebemos diversos pontos de problematizações e impasses para o acesso e permanência de mulheres no ensino superior, assim com base na vivência de pessoas da comunidade quilombola na qual também sou inserida e os atravessamentos com a minha própria história de vida.

Portanto, ser mulher negra em uma família de negros oriundos do espaço rural em que até pouco tempo a garantia ao direito à educação não era visto como prioridade, principalmente para as mulheres, exige uma luta contínua pelo acesso à educação. Por bastante tempo a conclusão do nível médio de ensino despontava como um dos maiores objetivos e o estágio mais avançado para essas mulheres, o que ao mesmo tempo se apresentava como um limite na formação educacional desse numeroso contingente populacional.

Antes de falar especificamente sobre as mulheres do quilombo Santa Terezinha, em particular daquelas com quem a pesquisa foi realizada e adentrar aos domínios do quilombo como mulher quilombola e pesquisadora, entendemos ser necessário conceituar o termo quilombo? por ele entendendo como comunidades remanescentes de quilombo. É importante destacar que o termo quilombo está ligado historicamente ao processo de colonização, contudo a formação dos quilombos não se resume apenas a fuga dos escravos, no período escravista, sendo que esse processo é bem mais amplo, uma vez que mesmo com o fim da escravidão os quilombos não desapareceram do cenário brasileiro. Segundo o historiador Clovis Moura, o Quilombo configurava-se como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”

(MOURA, 1993, p. 11)<sup>1</sup>. Dessa forma, no Brasil como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas que estavam sujeitos.

De acordo com o mesmo autor, o quilombo no Brasil marca sua presença durante todo o período escravista e em praticamente todo o território nacional. É importante ressaltar que enquanto existiu escravidão, também houve revolta de parte do negro escravizado. O quilombo, portanto, tem representado uma das formas de protesto e de resistência às condições desumanas impostas pela sociedade escravista em nosso país e mesmo no contexto atual em que se nega a importância e a resistência dos grupos de africanos escravizados e seus descendentes no Brasil.

Para Munanga (1995-1996), o sentido da palavra Kilombola tem referência na história que envolve conflitos de poder, decisão de grupos, de migrações e de alianças políticas nessas regiões africanas. Segundo o autor, a formação dos quilombos no Brasil pode ter relação com acontecimentos de lutas e entrechoques das etnias dessas regiões. Etimologicamente, a palavra quilombo tem origem bantu, povo originário de Angola e Zaire, que expandiu para o Sul e Sudeste da África.

Embora o termo tenha passado por diversas transformações e críticas e sobreviva ao imaginário coletivo como organização homogênea, isolada e só identificada por instâncias externas, há que se rever tais premissas. De fato, admitir uma comunidade quilombola e sua identidade social significa dar ao termo o sentido de “[...] grupos que se auto-reconhecem a partir de noções de pertencas construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos [...]” (LEITE, 2008, p. 91).

Em relação aos contornos metodológicos da pesquisa, partimos de um estudo bibliográfico, com abordagem qualitativa e pesquisa de campo, com suporte de entrevistas e com perguntas abertas para quatro mulheres que tiveram acesso ao ensino superior, utilizando-se como critério de seleção, duas que finalizaram o curso, uma em formação e outra que não conseguiu concluir a graduação.

A estrutura do artigo está constituída por duas partes, além da Introdução. A primeira aborda um breve apanhado sobre a mulher negra, a pesquisadora, entre domínios do Quilombo Santa Terezinha. Depois, na segunda parte, apresentam-se as mulheres quilombolas da Comunidade de Santa Terezinha e o ingresso no meio acadêmico, até as nossas análises conclusivas nas considerações finais.

## **1. A mulher negra, pesquisadora, entre domínios do Quilombo Santa Terezinha**

---

<sup>1</sup> Ver (Moura,1993, p.11). Fonte: [www.revista.usp.br](http://www.revista.usp.br). Acesso em 17 de setembro de 2022.





da Comunidade Quilombola Santa Terezinha, graças aos esforços da Associação Amaconquista fundada dentro do vilarejo ,onde os principais objetivos é a luta por melhores condições de saúde, saneamento básico, educação e preservação ambiental dentro do território da comunidade .Durante o processo de “autodefinição” a comunidade recebeu a visita de uma equipe técnica multidisciplinar, formada por assistente social, antropólogo, técnico de cadastro e professores do município entre outros profissionais que realizaram uma visita tipo trabalho de campo.

A partir dos relatos da senhora Angélica<sup>4</sup> e seus familiares foi elaborado um relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Nesse relatório há várias informações históricas, ambientais, socioeconômicas, dentre outras. Ao concluir este relatório uma versão foi divulgada no Diário Oficial da União e uma cópia ficou disponível na prefeitura do município onde o quilombo está localizado.

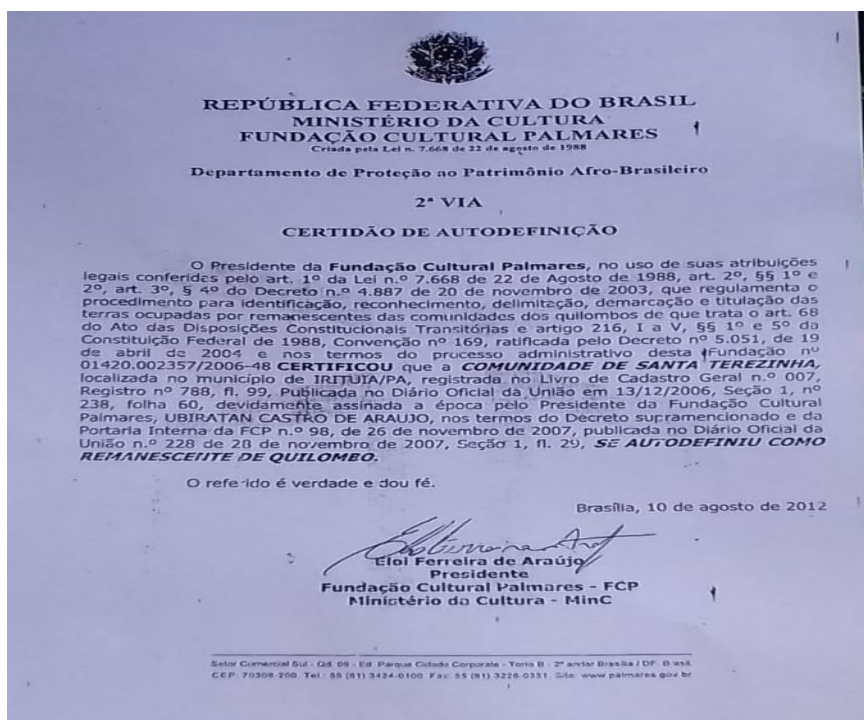


Figura 03 – Certidão de Autodefinição

É importante ressaltar que antes desse processo formal, os moradores desse povoado não tinham conhecimento de que eram descendentes de escravos e/ou remanescentes de

<sup>4</sup> Angélica era uma moradora da Comunidade Santa Terezinha, já falecida teve cinco filhos, atualmente somente uma filha continua na comunidade os demais já faleceram. Conhecida por todos do quilombo Santa Terezinha como vó jeca a vó de todos ou mais popular tia jeca. De acordo com seus relatos sua mãe Izabel Lopes de Oliveira chegou nessa região nadando pelo rio Guamá fugindo dos abusos e da violência de seus senhores, na condição de escravizada, se casou logo depois com o senhor que a comprou de seu dono e a partir daí neste lugar ergueram casas, fizeram plantações de mandioca, tabaco, arroz, feijão para sua sobrevivência, com isso foi se formando o núcleo familiar com os familiares de dona Angelica e seu Estevão seu irmão. (Izabel entrevista em 03 de junho de 2022).

quilombos. Em uma reunião da Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Santa Terezinha (AMACONQUISTA) em 12 de setembro de 2012, a então presidente da entidade, Sra. Maria das Graças, destacou a visita de uma assistente social juntamente com uma equipe de técnicos, que vieram da cidade de Belém, em busca de informações para viabilizar o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombos.

Em entrevistas com a Sr.<sup>a</sup> Maria das Graças, que era presidente da Associação do quilombo na época quando questionada sobre o processo de certificação da comunidade, ela corrobora com dados com sua narrativa.

A partir da visita da assistente social que veio fazer uma visita aqui, ela me fez várias perguntas sobre como surgiram essas pessoas aqui sobre a história da minha avó se ela foi escravizada mesmo, a mãe da minha avó, foi comprada pelo meu avô e então se casaram e tiveram 4 filhos (Sr.<sup>a</sup> Maria das Graças, entrevista em 10/08/2019).

Em concordância a narrativa da Sr.<sup>a</sup> Maria das Graças, a sua irmã, Sra. Estelita Lopes de Oliveira, moradora do quilombo e por duas vezes eleita coordenadora da comunidade, além de assumir a liderança da igreja católica de Nossa Senhora do Bom Parto localizada dentro do território da Comunidade Quilombola Santa Terezinha, também contribuiu com essa pesquisa ao relatar sobre a certificação do quilombo e nos apresentou que:

Sou uma das professoras que passou pela escola da comunidade, bastante conhecida por alguns profissionais da educação no município e por contar as histórias a respeito da nossa comunidade, despertou curiosidades de várias pessoas que se interessaram na nossa história dizendo que tínhamos traços de descendentes de escravos. Até então, não sabíamos o que era esse negócio de quilombola, quando percebemos já estávamos em reunião com a assistente social, o antropólogo etc. com essa vinda deles aqui, nos relataram que nós poderíamos cadastrar a comunidade como quilombola porque a maioria do povo tem características de quilombola. Aí a maioria aceitou ser reconhecido e agora passamos a ser reconhecidos como uma comunidade quilombola (ESTELITA, entrevista em, 02/06/2022).

É importante ressaltar, a partir do relato da Sr.<sup>a</sup> Estelita, que nem sempre o sujeito negro pode ser considerado quilombola, pois a sua cor não é o único atributo, todo um contexto histórico precisa ser considerado, porque é necessário tomar conhecimento do processo da história da construção da identidade negra na sociedade brasileira e, em particular, em determinada comunidade

Destaca-se a relevância do empenho nas lutas das lideranças do quilombo em prol do reconhecimento da ancestralidade e identidade quilombolas, haja vista que elas lideraram uma luta de todos em busca do bem comum, assim como em todo o processo foi de suma importância

a contribuição dos mais idosos da comunidade, onde todo esse conhecimento sobre a história de seus antepassados reforça suas identidades. Segundo a Sra. Estelita,

As entrevistas aconteceram na casa da minha mãe Izabel que juntamente com meu pai Venâncio, minha vò minha irmã e eu participamos da entrevista. Tiraram fotos fizeram vídeos, sendo que o foco estava nos relatos deles os mais velhos porque eles sabiam explicar de onde viemos (ESTELITA, entrevista em 02/06/2022).

O quilombo atualmente se gesta pela organização local e comunitária por meio da Associação dos Moradores e Agricultores da Comunidade Santa Terezinha (AMACONQUISTA), a qual é composta por aproximadamente 59 sócios associados. A associação tem como objetivo desenvolver projetos sociais de enfrentamento as necessidades básicas das pessoas bem como buscar soluções para os problemas frequentes do quilombo.

Neste sentido as ações da associação dos remanescentes do quilombo não se limitam as demandas de titulação do território, há uma movimentação na direção das lutas por direitos, práticas culturais da comunidade, resgate da memória, geração de renda, assistência social.

Podemos salientar que por meio das lutas da AMACONQUISTA que o quilombo é beneficiado com algumas políticas ou programas do governo federal, no período que as demandas são destinadas a população das comunidades remanescentes de quilombos. A associação vem desenvolvendo com os moradores da comunidade desde do ano de 2013, ações como o projeto “mutirão do meio ambiente”, visando atuar no processo de conscientização e preservação da natureza presente no quilombo. Outra investida da Associação é a atuação em parceria com sindicatos, SENAR que é o Serviço de Aprendizagem Rural, é uma entidade vinculada a Confederação Nacional de Agricultura, administrado por um conselho formado por representantes dos produtores rurais dos trabalhadores do campo e do governo federal. e a Secretaria de Agricultura (SEMA) com a promoção de cursos como os já realizados de cooperativismo, inclusão digital, oleicultura, apicultura maquiagem e artesanato.

Atualmente residem no quilombo 100 famílias, outras por conta do trabalho estão morando fora do território, mas mantém vínculo com o lugar. A maioria das residências situam-se de forma dispersa e conforme a proximidade de parentesco, destacando que a maioria dos moradores pertencem a um mesmo núcleo familiar, são parentes da senhora Izabel Lopes de Oliveira. Porém existem outras famílias que têm outros vínculos de parentesco.

Foi através de constantes mobilizações dos moradores que o quilombo dispõe de energia elétrica adquirida em 1998 (Programa Luz Para Todos<sup>5</sup>), de água encanada, porém, ainda é

---

<sup>5</sup> O programa Luz para todos é um conjunto de medidas públicas do Brasil, que visa levar eletrificação a áreas remotas e com tarifas subsidiadas pelo Governo Federal, governos estaduais e distribuidoras. Criado pelo decreto 4873/2003, é uma reformulação do Programa Luz no Campo. Fonte: Ministério das Minas e Energia, Programa Luz Para Todos. Acesso em 01 de setembro de 2022.

inexistente uma rede de saneamento básico e o esgoto residencial é despejado no solo próximo das casas. As moradias em sua maioria são de alvenaria, embora seja presente algumas casas de sapê e pau a pique<sup>6</sup>, com o chão de barro. Esta última versão a última versão é de barro os moradores retiram a madeira da própria mata, dão o trato manualmente e todo o processo da construção das casas é feito pelos próprios moradores com o trabalho comunitário.

O atendimento a saúde funciona de forma precária, conta atualmente com uma Agente Comunitária de Saúde (ACS), realizando visitas domiciliares mensalmente sem falar que inexistente posto de saúde no quilombo e caso seja necessário, o posto de saúde mais próximo fica a 14 km da comunidade, ainda assim funciona constantemente com a falta de material e de médico. Para casos graves são encaminhados para o hospital da cidade de Irituia e muitas vezes por falta de equipamentos, recursos e profissionais especializados os pacientes precisam se deslocar para outras cidades vizinhas. Um trabalho em conjunto com a Pastoral da Criança acabou com a desnutrição no lugar e diminuiu as complicações durante o parto, pois antes havia muitos abortos espontâneos e complicações durante a gravidez e vários casos de desnutrição; o que mais ocorre de doença no quilombo são casos de alteração da pressão arterial dos moradores.

Para a subsistência familiar, os moradores da comunidade realizam trabalhos em fazendas vizinhas; outros possuem atividades em cidades vizinhas como assalariados, há também um contingente significativo de pessoas aposentadas e alguns são servidores da prefeitura. Neste aspecto é importante destacar que muitos moradores produzem seu sustento por meio do cultivo da mandioca (e macaxeira), milho, feijão, a fabricação da farinha, da pesca e do extrativismo do açaí. Destas atividades a coleta de açaí é uma das atividades mais praticadas, seja tanto para o consumo próprio como para a comercialização do fruto.

---

<sup>6</sup> As casas de sapê ou pau a pique são construídas com varas de arvores palhas de inajá (tipo de palmeira que dá um fruto que a gente come) ou Ubim (um tipo de palmeira que a gente encontra sempre nas beiras de rios, Cipó, barro pisado com água madeiras roliças e bambu. As paredes são feitas de palha ou do barro pisado sendo cobertas com telhas ou folhas de palmeiras. Essas matérias são usados por ser uma opção de baixo custo, pois pode ser construída com a matéria-prima local e algumas por pessoas que não tem condições de construir casa de alvenaria como por exemplo se um rapaz resolve casar de repente porque engravidou uma jovem, quem casa quer casa, então se esse rapaz não tem condições de construir uma casa de alvenaria ele constrói uma casa de sapê e pau a pique (entrevista cedida por seu Antônio Oliveira em 22 de setembro de 2022).



Figura 04 – Produção da Farinha



Figura 05 – Extração do Açai

Existem famílias que mantêm a prática da criação de animais como galinha, o porco, peixes e o pato, exclusivo ao consumo, sem contar na produção de hortaliças no próprio quintal por alguns moradores, cultivando verduras, plantas medicinais e jardinagem. Muitas vezes, o cultivo das plantas medicinais serve bastante para os remédios caseiros que se constituem em uma opção concreta para alguns problemas de saúde das pessoas, uma vez que pouco se consegue uma medicação gratuita pelo poder público. Nessa experiência de cura por planta medicinais também é presente a figura do “puxador”, que é o Sr. Francisco Lopes de Oliveira, onde várias pessoas o procuram quando estão com alguma “rasgadura”<sup>7</sup> isso não ocorre só com os moradores do quilombo, mas também com a população das comunidades vizinhas. Existem várias pessoas do quilombo que conhecem e usam as ervas medicinais para diversos fins no tratamento de doenças como: febre, dor de cabeça, dor de barriga, inflamações etc.

Segundo os relatos informais dos moradores idosos, o quilombo antes vivia de forma coletiva. Os roçados eram feitos em grupos chamados de “ajuntório”<sup>8</sup> (mutirão) em que

<sup>7</sup>A rasgadura é quando você fica com a carne de qualquer parte do corpo rasgada é uma coisa muito fina e dói desconforme (muitíssimo) e tem muitos tipos como quando a pessoa carrega muito peso as vezes de mau jeito, da febre a pessoa fica mufina as vezes e junto vem o ardô no lugar que ta rasgado parece pimenta. Muita gente já veio aqui arriado se queixando com a carne rasgada rasgadura é uma rasgadura, tem também a espinhela caída que quando a gente carrega muito peso rasga o peito aí a gente puxa ensina remédio e a pessoa fica boa, mas antes de puxar e ensinar o remédio eu faço minha reza e peço proteção porque quando a gente mexe com isso vem muita coisa junto aí pode fazer mal pra gente. (Dona Francisca entrevista concedida em 06 de setembro de 2022).

<sup>8</sup> Mutirão ou puxirum é um ajuntamento de gente. Eu trabalhei muito nesse negócio de puxirum roçando o mato, derrubando, plantando e capinando. Era bastante gente que participava, o nosso ajuntamento era entre as famílias que se juntavam. Cada semana a gente ia num serviço, as mulheres também participavam capinando e plantando só não faziam derrubar, a derrubada era só com os homens, as mulheres iam também pra fazer a comida e dá água. Deixava secar o roçado com quinze dias ou um mês, aí a gente tacava fogo pra plantar todo o serviço em puxirum. (Entrevistado Venâncio Oliveira em 03 de agosto de 2021). Para Bernal (2009, p.89), puxirum’ trata-se de uma espécie de institucionalização dos trabalhos coletivos organizados na ocasião de diversas tarefas

trabalhavam durante o dia com conversas animadas e cantorias regado de muita comida e ao anoitecer festejavam com uma grande festa, oferecida pelo dono do roçado em retribuição ao trabalho realizado na lavoura. Essa prática dos mutirões hoje vem ganhando força nas hortas, nas implementações da agrofloresta, no viveiro de mudas implantado no quilombo através da Secretaria de Agricultura do Município.

No lugar ainda é permitida a extração da madeira, da pedra e da areia apenas para o uso próprio na construção de moradias no quilombo. Uma das principais características do quilombo diz respeito a boa relação mantida entre os familiares e entre todos que moram no quilombo, demonstrando sentimentos de amizade, cuidado e zelo, com a manutenção de laços, de tradições, de saberes, de educação, de conhecimentos, de sentimentos, de valores afro-brasileiros.

Ressalta-se ainda no aspecto de atuação do trabalho é frequente a presença das mulheres nas atividades domésticas, na roça, e de algumas criações, também no fazer artesanal, como a produção de tipitis, paneiros, peneiras, vassouras de cipó e tapetes, os quais são feitos da “tala de guarumã” e que mantém viva uma manifestação da cultura dos nossos antepassados africanos e indígenas.

Nesse contexto cultural o quilombo Santa Terezinha algum tempo vem enfrentando o processo de desvalorização da sua cultura, mesmo assim trata-se de um povo quilombola alegre, acolhedor e unido, onde os moradores procuram manter suas crenças, hábitos e manifestações culturais ainda presente no lugar e constantemente a organização social estimula seu enraizamento por meio de danças como a tradição do carimbó, pela quadrilha que é uma típica expressão cultural de adultos e crianças do quilombo. Não somente as danças e músicas tradicionais fazem parte do cotidiano dos moradores, existem também outros repertórios que são apreciados como o ritmo brega que anima as festas dançantes no quilombo, são as festas dirigidas por aparelhagens.

Outra atração de lazer dos quilombolas é o futebol, com destaque a promoção de alguns torneios masculinos e femininos que acontecem aos sábados e domingos. Há no quilombo uma sede própria dos times com espaço de salão aberto onde é realizada a maioria dos festejos, o barracão comunitário disponível para as atividades da igreja católica.

No campo religioso existem elementos com os quais os sujeitos se identificam, evidencia-se a existência de uma forte manifestação religiosa, com destaque para as

---

agrícolas ou da construção de casas (em particular dos tetos). As famílias mais distantes podem fazer intercâmbio através desse mecanismo”.

manifestações religiosas de matriz africana<sup>9</sup> e de católicos, além da ação dos evangélicos que somam um número bem menor. O que predomina entre a maioria dos moradores desse quilombo é o catolicismo estabelecido a partir de celebrações comandadas pelos próprios moradores da comunidade, realizadas semanalmente na igreja da localidade, dando ênfase ao ensinamento das crianças, somando os encontros com as novenas e os terços nas casas dos moradores, misturando a fé nos santos católicos.

O quilombo Santa Terezinha tem como Padroeira Nossa Senhora do Bom Parto, protetora das mulheres grávidas, com atividade festiva realizada no mês de dezembro sob a coordenação dos dirigentes da igreja. Sobre tal atividade acontece toda uma organização antes da festa por meio de mutirão para a preparação do local, arrecadação de donativos para leilão, a divulgação junto das comunidades vizinhas. É importante ressaltar também que na comunidade todo ano é desenvolvido o projeto entre todos os moradores em comemoração ao dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, a ceia do natal e ano novo promovendo momentos de confraternização e socialização entre todos.

Há parteiras na comunidade quilombola de Santa Terezinha, a prática de partos executados por essas mulheres não é mais realizada, o que reduziu significativamente o número de parteiras na comunidade. Antigamente na comunidade os partos eram feitos sob a regência da senhora Angélica Cordeiro e sua filha Izabel Lopes de Oliveira, que faziam os partos não só das mulheres do quilombo, mas das vilas vizinhas como a comunidade perpetuo socorro localizado no km 21 br 010, km 22 na fazenda modelo, km18 vila bom jesus. As mulheres preferiam fazer o parto no quilombo mesmo.

Ressaltando ainda sobre a religiosidade no quilombo, segundo os causos que os idosos nos relatam, é que antigamente existia um grupo de irmandade onde homens rezavam a ladainha e isso acontecia não só no quilombo, mas nas comunidades vizinhas. Porém essa manifestação religiosa e cultural não existe mais visto que os idosos acabaram morrendo e não houve ou ocorreu uma renovação entre os moradores mais jovens da comunidade. Ainda existem apenas dois integrantes do grupo que organizavam as ladainhas, mas por causa da necessidade da participação de mais pessoas para evidenciar o coro de vozes nas respostas das ladainhas, essa manifestação está se perdendo na comunidade, pois os moradores do quilombo Santa Terezinha não se interessaram em aprender a rezar a ladainha.

---

<sup>9</sup> Existiam dois “terreiros de umbanda” no espaço do quilombo. Uma das lideranças religiosas de um terreiro mudou da comunidade e, portanto, o terreiro foi desativado. Atualmente, existe somente um sob a liderança do senhor Trindade dos Reis.

Naquele tempo não existia a tecnologia que temos hoje para registrar esses momentos que foram muito importantes para a cultura do nosso povo. Sendo assim essas informações sobre esses acontecimentos no quilombo de Santa Terezinha só temos através das memórias dos mais velhos que ainda existem no quilombo, mas que estamos perdendo e junto com eles tantas riquezas de um povo que contribui muito com o desenvolvimento desse território através de suas lutas e histórias que estão registradas apenas nas suas memórias.

O senhor Balbino Lopes Soares, filho do seu Augusto de Nazaré Soares que era o principal componente do grupo dos rezadores, pois era ele que comandava a reza da ladainha narrou em uma conversa informal, que era muito bonito de se ver, as pessoas se reuniam e começavam a rezar, pois era algo tão bonito de se ver só eles sabiam e várias pessoas queriam ver e ouvir pois eles rezavam em latim.

Dessa forma percebemos que a importância do grupo que rezava, porque para as pessoas do quilombo era algo significativo e que hoje só se tem lembranças viva nas memórias dos mais velhos, que para os mais novos soa como algo novo e desconhecido que desperta curiosidade de ver como era, pois era uma linguagem antiga e poucas pessoas tinham o domínio para rezar.

É notória a prática do curandeirismo com a presença do terreiro de umbanda, portanto essa prática de cura realizada na Comunidade Santa Terezinha é mediante a conversas, orações a utilização de remédios produzidos a base de ervas e plantas, benzições e defumação. O atendimento é realizado por consultas agendadas ou sem horários estabelecidos, mas que possuem um certo valor dependendo do tipo de procedimento que a pessoa estiver precisando.

Quanto a questão educacional, no quilombo há uma escola com duas salas de aula, sendo o atendimento das crianças em turmas multisseriadas, uma sala para a turma de alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e, em outra atualmente para a turma de 23 alunos da Educação Infantil, número que consideramos elevado para a Educação Infantil e 20 do 1º ao 5º ano para uma única professora. Por ser uma Escola Polo é frequentada tanto por alunos da comunidade quilombola como também por alunos de outras localidades das vilas vizinhas como a vila no km22 e a fazenda Santa Júlia.

Uma das problemáticas da escola é conviver com professores que não são residentes do quilombo, pois os pais dos alunos se preocupam com a manutenção dos ensinamentos da cultura quilombola e muitos professores que estão nas salas de aula não têm esse conhecimento. No quilombo tem vários profissionais qualificados e formados em Pedagogia e propriamente filhos do quilombo para assumir a função. A vontade de muitos pais e responsáveis de alunos era que a Dona Estelita assumisse uma das turmas de alunos, mas por questões burocráticas e a mesma



não ter o ensino superior não foi possível, mas Dona Estelita já ministrou aulas anteriormente nessa escola, assim como também ministrava aulas particulares nas próprias casas de algumas pessoas da comunidade<sup>10</sup>.

Sobre essa questão da formação somente no Nível Médio, com a habilitação em Magistério, apresentamos a entrevista com a referida professora, que já contribuiu muito com a formação de vários alunos, incluindo alguns hoje estão até formados segundo relatou,

Comecei a dar aulas com 20 anos de idade na casa dos pais de crianças que não tinham idade de estar em uma sala de aula, então os pais me pagavam para dar aulas pra seus filhos inclusive para a autora deste trabalho, Ana Paula vieira do Nascimento. Depois de algum tempo comecei a dar aulas na escola e logo em seguida no Programa de Irradicação do Trabalho Infantil (PETI). O ensino na escola sempre foi multisseriado e uma das dificuldades era a falta de material na época, onde a gente com muito esforço conseguia material para dar nossas aulas visto que no quilombo há tantas alternativas de se trabalhar elementos da nossa cultura e tradição com os alunos e fazer com que conheçam nossa história quanto quilombola. No momento eu não estou na sala de aula, mas acredito que minha contribuição na formação de muitos alunos da comunidade foi muito significativa, era muito bom trabalhar porque a gente trabalha com amor era gratificante receber o carinho dos alunos e até mesmo dos pais porque eles depositavam tanta confiança em mim na forma como eu educava seus filhos e até hoje eles me chamam de professora. (ESTELITA, entrevista em 02/06/2022).

A narrativa da Sra. Estelita que durante um período nos traz uma experiência da maioria das escolas rurais quilombolas, que pela falta de material, por vezes os professores que não são originários do quilombo não utilizam a riqueza que esses povos tem em seus territórios, ou seja, a valorização da cultura de um povo vai ficando esquecida, pois o currículo todas as escolas quilombolas devem inserir em suas aulas a cultura afro-brasileira.<sup>11</sup>

As crianças que passam para os anos finais de Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, são obrigadas a se deslocar 22 km em transporte escolar até a cidade de Irituia, para a Escola Estadual Maria da Conceição Malheiro e a Escola Estadual Nicolau Neres, no KM 14 da Rodovia BR 010. Portanto, na maioria das vezes, o transporte escolar vai até à comunidade buscá-los, mas algumas crianças têm dificuldades de acordar cedo ou os pais não tem condições financeiras para manter seus filhos até retornarem para casa que, sempre é muito tarde, por exemplo, se for pela parte da manhã, o ônibus passa na comunidade antes das seis horas e retorna depois do meio-dia; à tarde saem às doze e trinta e retornam às dezoito e trinta; à noite

---

<sup>10</sup> A própria autora deste estudo foi alfabetizada pela Profa. Estelita, assim como várias outras crianças da comunidade.

<sup>11</sup> A resolução CNE/CEB nº8 de 20 de novembro de 2012-Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020-Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas. Fonte: portal.mec.gov.br. Acesso em 17 de setembro de 2022.

saem às dezoito e trinta e voltam lá pela meia noite. Desse modo, fica difícil o acesso à continuidade aos estudos.

Portanto percebe-se o quanto é difícil ser estudantes de comunidades quilombolas, pois inúmeros são os desafios que estes enfrentam para ter o acesso a educação e especialmente ao ensino superior. Contudo mesmo diante das dificuldades que não esta relacionada somente ao contexto escolar, pois engloba problemas sociais, estes estudantes acreditam que a educação é a forma de ampliar suas perspectivas de vida, e acreditam que o curso superior para ter melhores condições de vida oportunidades de para ter um bom emprego e ser alguém na sociedade.

Para as poucas mulheres negras que conseguem concluir o Ensino Médio e adentrar o nível superior de ensino, a atual circunstância nacional de crise na educação se expressa principalmente por meio dos cortes nas bolsas de moradia, serviços de saúde, não abertura de vagas nas creches, ou seja, no programa de permanência para seguir os estudos. Quando tem Bolsas, a quantidade não é suficiente para atender todos os/as estudantes quilombolas e ainda muitos não tem acesso ao Edital no tempo previsto pela dificuldade de acesso à internet nas comunidades quilombolas. Na maioria das vezes, os pais deixam suas filhas trabalharem em casa de famílias como domésticas para poderem dar continuidade aos estudos, ou seja, para chegarem ao Ensino Fundamental maior e até o Ensino Médio. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “[...] existem princípios constitucionais que atestam o direito das populações quilombolas a uma educação diferenciada”. Entretanto, apesar da determinação legal sabemos que, na maioria dos municípios, isso não acontece, por isso, o nível de analfabetismo e/ou distorção idade/série de alunos é grande em algumas comunidades Quilombolas.

## **2. A Mulher Quilombola da Comunidade de Santa Terezinha e o ingresso no meio acadêmico**

Os atravessamentos entre a temática mulheres quilombolas, acesso ao ensino superior e o sistema de cotas raciais, ainda pode ser pouco visibilizado, entretanto, a título de exemplo, a partir das produções do GESCED-NEAB do Campus de Castanhal da UFPA, “mulheres quilombolas na universidade e processo seletivo espacial/quilombola”, aparecem em nove de 23 monografias defendidas sobre a visibilidade temática étnico racial, no referido Campus até o ano de 2018<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> GESCED é o Grupo de Estudos Sociedade, Cultura e Sociedade sob coordenação do Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral, vinculado ao Campus de Castanhal da UFPA. Apresentamos como exemplo os estudos desse grupo pela importância das suas pesquisas e ações de extensão sobre o tema, assim como pelas inspirações para o presente estudo.

Mesmo que alguns indicadores apontem relativo crescimento do acesso à educação para pessoas afrodescendentes, essa questão ainda não se limita somente pela abertura de vagas tanto na Educação Básica como no Nível Superior, pois um dos maiores desafios ainda se caracteriza pela permanência dessa grande parcela nos ambientes educacionais, escolares, acadêmicos<sup>13</sup>. Quando deslocamos essa análise para as mulheres negras, esse quadro se mostra mais crítico e a tarefa parece ser muito mais árdua a ser seguida ou até mesmo cumprida.

O Estatuto da Igualdade Racial do Art. 9º, afirma que “a população negra tem direito a participar de atividades educacionais [...]”. Portanto, é toda a população que tem direito à educação, mas sabe-se que não funciona dessa maneira, em particular, em nosso país. Hoje, já existe um sistema de cotas, implantado desde 2012, para negros prestarem o vestibular por meio do ENEM, entretanto, as grandes universidades ainda resistem a essa importante política das cotas.

A introdução de cotas no Ensino Superior não é uma invenção brasileira. É uma política que já foi e está sendo experimentada por outros países do mundo que convivem com sistemas discriminatórios em suas formas históricas. Contudo, algumas universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra. Neste sentido, entendemos que as políticas de cotas e as ações afirmativas foram implementadas a fim de corrigir as desigualdades e distorções sociais provocadas pela escravidão, e pela ausência histórica de políticas socio-raciais e afirmativas.

No Brasil as cotas raciais começam a se consolidar a partir dos 1990, através de lutas de organizações não governamentais, da sociedade civil, principalmente pelas reivindicações do movimento negro por ações mais igualitárias e políticas de segregação e não discriminação (MAGGIE, 2009). A Lei 12.711 foi aprovada em 2012 é uma lei regulamentada nacionalmente uma medida de ação afirmativa, por meio da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas em todo sistema de educação superior e ensino técnico federal. Essas ações afirmativas, segundo Amaro (2005, p. 74) pode ser qualquer política que ao operar “com critério de discriminação positiva, vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais”.

---

<sup>13</sup> O direito ao acesso ao Ensino Superior para grupos excluídos passou a ser garantido com a implementação da Lei 12,711 de 29 de agosto de 2012, se por um lado o sistema de cotas tem contribuído pra a diminuição das desigualdades sociais, por outro é necessário pensar além das cotas, ou seja, a permanência de estudantes cotistas com estratégias de permanência que possam garantir a esse público a conclusão do ciclo de estudos ao Ensino Superior.

Atualmente já existe um processo seletivo para que integrantes de comunidades Quilombolas possam ter acesso ao Ensino Superior e universidades públicas. Entretanto, ainda é de difícil acesso para que esses estudantes consigam realizar esse processo seletivo pois sempre são realizados nas cidades grandes ou até mesmo na capital. Desse modo, alguns estudantes das comunidades Quilombolas, por questões financeiras, na maioria das vezes, ainda fica de fora desse processo seletivo.

O Processo Seletivo Especial iniciou em 2012, após diversas reivindicações das comissões e movimentos que lutam pela igualdade racial dentro e fora da UFPA, também como forma de reparação e diminuição da desigualdade racial e a inclusão de Indígenas e de povos de comunidades tradicionais como os Quilombolas dentro da Universidade Federal e no ensino superior (LIMA, 2018, p. 14).

O processo de ingresso de mulheres negras do quilombo Santa Terezinha inicia em 2016, a partir das orientações para alunos e alunas concluintes do Ensino Médio na perspectiva de participarem do Processo Seletivo Especial (PSE)<sup>14</sup>, da Universidade Federal do Pará, destinado a indígenas e quilombolas tendo até o momento 12 aprovados<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Em setembro de 2014 iniciou-se o edital n 8, destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas, para o provimento de vagas no curso de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). o PSE para indígenas e quilombolas é uma importante política pública de ação afirmativa da UFPA para o ingresso ao nível educacional superior público e é composto das avaliações especiais para as comunidades quilombolas e indígenas na instituição. O PSE se dá em duas etapas após a inscrição do aluno via *on-line* no processo: prova de redação em língua portuguesa valendo 10 pontos e entrevistas individuais, com análises de histórico escolar do ensino médio, declaração de pertencimento, também valendo 10 pontos, com a aprovação mínima de 4 pontos, ambas etapas classificatórias e eliminatórias.



Figura 06 – Mulheres negras da comunidade quilombola de Sta. Terezinha comemorando o acesso ao ensino superior na UFPA no ano de 2017.

A imagem acima retrata o momento da aprovação de quatro mulheres negras da comunidade quilombola Santa Terezinha no processo Seletivo Especial (PSE) para indígenas e quilombolas da Universidade federal do Pará (UFPA) em 2017. Entretanto, duas dessas mulheres que aparecem na imagem acima desistiram de seus cursos enquanto as outras duas estão em processo de finalização da graduação.

Apesar de todas as dificuldades no processo de escolarização, várias pessoas do Quilombo Santa Terezinha ingressam no Ensino Superior, em diferentes cursos como apresentamos no quadro abaixo. Isto pode expressar uma estratégia de resistência de transpor a condição histórica de exclusão de grupos sociais como os quilombolas

Tabela 01- Quantitativo de alunos e alunas do Quilombo Santa Terezinha no período de 2009 a 2020 ingressantes no ensino superior.

Nome	Curso	Período de Ingresso	Sistema de cotas	Período de conclusão
Marciane Borges	C. Naturais/Química / Eng. Florestal	2012-2016	1- Não 2- Sim	Concluído Concluído
Marcio Borges	Licenciatura pedagogia	2013	Não	Concluído
Marcilene Soares	Licenciatura pedagogia	2015	Não	Concluído
Vilma Soares	Lic. Pedagogia / Lic. Matemática	2009 2013	Não	Concluído Concluído
Arley Anderson	Engenharia Florestal	2016	Sim	Concluído
Odileia Borges	Lic. Pedagogia	2016	Não	Concluído
Vanilda Soares	Lic. Pedagogia	2018	Não	Concluído
Estelita Lopes	Lic. Pedagogia	2016	Não	Não concluído
Diana Lopes	Lic. Pedagogia	2017	Sim	Não concluído
Carol Lopes	Lic. Pedagogia	2017	Sim	Não concluído
Ana Paula	Licenciatura pedagogia	2017	Sim	Em andamento

Leila Natalina	Eng. de alimentos	2017	Sim	Em andamento
Marcos Vinicius	Educação Física	2018	Sim	Não concluiu
Flavia Soares	Nutrição	2018	Sim	Não concluiu
Siloca Vieira	Lic. em L. Portuguesa	2018	Sim	Não concluiu
Kelly Cristina	Medicina Veterinária	2019	Sim	Não concluiu
Marlo Mesquita	Multimídia	2019	Sim	Não concluiu
Luciano Soares	Educação Física	2020	Sim	Em andamento
Bruna Soares	Educação Física	2020	Sim	Em andamento
Gabriele Lopes	Lic. Pedagogia	2020	Sim	Em andamento
Antônia Borges	Ciências Contábeis	2017	Sim	Em andamento

Conforme os dados da tabela 01 no período de 2009 a 2020 houve 21 alunos e alunas da Comunidade Quilombola Santa Terezinha ingressando no ensino superior. Entretanto, como nosso objetivo consiste em analisar o acesso ao ensino superior para mulheres negras da referida comunidade, apresentamos abaixo um recorte com dados da aprovação somente de mulheres.

Tabela 02- Quantitativo de mulheres ingressantes no Ensino Superior

<b>Nomes</b>	<b>Curso</b>	<b>Per. ingresso</b>	<b>Sistema de cotas</b>	<b>Período de conclusão</b>
Vilma Soares	Lic. Pedagogia / Lic. Matemática	2009	Não	Concluído
		2013	Sim	Concluído
Marciane Borges	Ciências naturais/Química/ Eng. Florestal	2012	1- Não	Concluído
		2016	2- Sim	Concluído
Marcilene Borges	Lic. Pedagogia	2015	Não	Concluído
Odileia Borges	Lic. Pedagogia	2016	Não	Concluído
Vanilda Soares	Lic. Pedagogia	2018	Não	Concluído
Estelita Lopes	Lic. Pedagogia	2016	Não	Não concluiu
Diana Lopes	Lic. Pedagogia	2017	Sim	Não concluiu
Carol Lopes	Lic. Pedagogia	2017	Sim	Não concluiu
Leila Natalina	Eng.de alimentos	2017	Sim	Em andamento
Ana Paula	Lic. Pedagogia	2017	Sim	Em andamento
Flavia Cristina	Nutrição	2018	Sim	Não concluiu
Siloca Vieira	Lic. Em Letras/Portuguesa	2018	Sim	Não concluiu
Kelly Cristina	Med. Veterinária	2019	Sim	Não concluiu
Antônia Borges	Ciências Contábeis	2017	Sim	Em andamento
Bruna Soares	Educação Física	2020	Sim	Em andamento
Gabriele Lopes	Lic. Pedagogia	2020	Sim	Em andamento

Conforme mostra os dados da tabela 02 no período de 2009 a 2020 o número de mulheres quilombolas que não concluíram seus cursos ao ingressarem ao Ensino Superior é considerado maior do que aquelas que conseguiram finalizar.

Os sujeitos colaboradores da pesquisa são quatro mulheres quilombolas autodeclaradas negras que ingressaram na universidade entre o período de 2009 à 2020 através do ENEM, do Processo Seletivo Especial (PSE). A própria autora deste trabalho, estudante do curso de pedagogia na UFPA teve seu ingresso pelas cotas raciais via PSE e é moradora do Quilombo Santa Terezinha há 41 anos. Recorrendo a traços de sua memória, ~~e expõe~~ que ao ingressar no espaço acadêmico enfrentei algumas dificuldades, sendo que a mais marcante foram as de ordem financeira, mesmo diante da existência de auxílio (Bolsa Permanência do MEC) e o Auxílio Moradia, porém nunca os recebi, assim como seus filhos que também ingressaram no Ensino Superior pelo PSE, nos anos de 2018 e 2019. Dessa forma, resalto que os “auxílios” seriam muito importantes para mim, pois não possuo renda fixa e dependo da ajuda da minha mãe.

De acordo com as quatro mulheres entrevistadas do Quilombo Santa Terezinha, três tiveram acesso para IES pública e uma para IES privada, sendo que uma delas cursou duas faculdades, uma pública e outra particular. As que estudaram pela instituição pública, duas terminaram e a outra está cursando. Uma delas, Vilma Soares, cursou Pedagogia em uma instituição privada e Matemática na UFPA, mas em nenhum desses cursos entrou pelo sistema de cotas. A outra mulher, Marciane Borges, cursou Química pela UEPA, por livre concorrência e Engenharia Florestal pela Universidade Rural da Amazônia (UFRA) no sistema de cotas e conseguiu concluir os dois cursos. A outra, Leila Natalina, está cursando Engenharia de Alimentos pela UFPA e seu ingresso também se deu pelo sistema de cotas (PSE). Já a Estelita Lopes começou cursar pedagogia por uma instituição privada, UNOPAR, mas, não foi possível concluir.

Entre as mulheres negras investigadas, apenas uma não concluiu a graduação. Mas, todas são residentes e domiciliadas na comunidade desde seu nascimento até os dias atuais. Só saíram para estudar. Essas mulheres almejam ingressar no mercado de trabalho, pois apenas uma atua em sua área de formação (Vilma Soares /pedagoga).

Todas elas concordam que o apoio de seus familiares foi fundamental para a continuidade de seus estudos, visto que precisaram se afastar de sua família para estudar. Uma delas, Leila só vem em sua casa no período de férias. Mais uma vez emerge a questão financeira, principalmente porque elas estudam/estudaram em outros municípios.

De todas as entrevistadas, exceto uma não tem nenhum familiar com acesso ao nível superior, o que mostra o pioneirismo dessas mulheres no ingresso nesse nível de ensino e como essas mulheres provocaram relativa amplitude para o acesso de outras pessoas tanto de suas famílias como de outras pessoas de sua comunidade.

Uma delas não concluiu o curso, mas estudou até o 4º período e teve que trancar porque saiu do emprego e não teve condições de pagar as mensalidades, pois segundo ela, era caro, cursava numa instituição particular e em outro município. Ao observar as falas das entrevistadas, mesmo em meio as diversas dificuldades enfrentadas por essas mulheres investigadas na pesquisa, ingressar em uma IES foi um elemento fundamental para as suas vidas, principalmente se considerarmos que ao longo do tempo o Ensino Superior esteve ausente para a população negra, principalmente para as mulheres negras. Ao tratar do acesso ao Ensino Superior, Marques (2010) argumenta que com o processo de expansão da educação superior houve uma redução ainda parcial, da desigualdade de cor, raça no contexto universitário. As entrevistadas se sentem privilegiadas, pois são negras, guerreiras, lutadoras, que se orgulham de si. Mulheres emponderadas que lutam pelos seus objetivos.

### **Considerações Finais**

Ao final da pesquisa percebemos que as mulheres que ingressaram nas IES, tanto pelas cotas como pelo ENEM são mulheres guerreiras que lutam para que seus objetivos almejados.

O ingresso no Ensino Superior para as mulheres negras da comunidade Santa Terezinha, ainda é um grande desafio, pois as dificuldades são extensas, mas principalmente financeira. Não tem uma renda própria a não ser de atividades como a lavoura e o cultivo de açaí, muitas moças que concluem o ensino médio, vão à procura de trabalho em outras cidades como uma forma de aumentar a renda da família ou até mesmo em benefício próprio. Assim, acaba dificultando ainda mais o Ensino Superior. Então, o acesso e a permanência no Ensino Superior por mulheres negras, principalmente quilombolas, pode ser considerado, segundo Lima (2018, p. 71), “uma conquista a partir da superação de inúmeros desafios, como o estudo aponta. Durante a investigação das dificuldades no ensino fundamental foram apresentados diversos entraves que a acompanharam as mulheres durante toda a trajetória deste ensino”.

Como foi explanado nas entrevistas, as mulheres que concluíram o curso superior a/ou até mesmo a que está concluindo o curso, se sentem privilegiadas, pois não é fácil deixar familiares como filhos, mãe, esposo e viajar durante dias e dias para concluir o curso. E também a dificuldade financeira que ainda é um fator frequente. Algumas conseguiram bolsas, outras



não. São realmente movidas por um projeto que entende ser a educação um fator fundamental de empoderamento e de mudanças de suas vidas e de suas comunidades.

Desse modo constatamos com o estudo que o acesso ao Ensino Superior abre oportunidades para a ascensão das mulheres de comunidades quilombolas, ou seja, as cotas raciais foram decisivas para chegar à universidade e talvez os passos importantes nesse processo é garantir a permanência dessas mulheres nas IES, assim como a abertura de frentes de trabalho em suas próprias comunidades como estratégia de desenvolvimento local. Portanto, através das questões levantadas, torna-se evidente que as mulheres são as que mais estão acessando o ensino superior, entretanto são as que mais não conseguem finalizar, mesmo havendo políticas afirmativas, como o Processo Seletivo Especial e as políticas de assistência estudantil, destinados a esses sujeitos é possível constatar que diversos fatores que tem afetado a permanência dessas mulheres quilombolas ao Ensino Superior. Portanto, somente o acesso não é suficiente, mas sim novos investimentos e estratégias de acompanhamento visando trajetórias acadêmicas com autonomia intelectual a essas mulheres.

### Referências

AMARAL, Assunção Jose Pureza. Programa Universidade no Quilombo: Produções e Publicações no interior da Amazônia. **Anais do II Copene-Norte**, <https://www.copenenorte2019.abpn.org.br/>

AMARO, Sarita. A **questão racial na assistência social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 81, p.58-81, 2005.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos**: Processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Faculdade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília, MEC, 2013.

LEITE, Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**. IV (2), 2000. Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Inter étnicas. Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, Elaine Cristina Monte. **Dificuldades enfrentadas pelas alunas quilombolas ao acesso ao ensino superior por meio do processo seletivo especial da UFPA Campus Castanhal**. UFPA, Castanhal, 2018.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. Revista, estudos em debates São Paulo, Estud. av, v.18, n.50, jan./abr 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/Acesso> em 27 de jul.2022.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O programa universidade para todos e a inserção de negro na educação superior: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul 2005-2008. 2010. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São

Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de nov. 2012, Seção 1, p 26.

Ministério das Minas e Energia Programa Luz para Todos Consultado em 10 de outubro de  
MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3ed. São Paulo. Editora Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revistas**, n 28:56-63, São Paulo, dez/fev. de 1995/1996.

ROUSSEFF, Dilma. **Estatuto da Igualdade Racial**: igualdade racial é pra valer. 5ª edição. Brasília, 2013.

Universidade Federal do Pará – UFPA. Resolução Nº 4.309. Aprova vagas nos cursos de graduação da UFPA aos Quilombolas. 2012. Belém

ANEXOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
Rua da Angélica s/n.º - Mutirão - Fone/Fax: (91) 3751-1107  
ABAETETUBA - PARÁ

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente a pesquisa com o tema: **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUIA / PA** investindo na investigação de como se dá o acesso de quatro mulheres quilombolas da Comunidade Santa Terezinha, investindo na realidade local no tange a reflexões sobre trajetórias de vida e educacional implicam no processo educacional de mulheres do Ensino Superior no município de Irituia na Comunidade Quilombola Santa Terezinha . A investigação é parte substancial do **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** em fase de finalização da acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Polo Tomé Açú – **Ana Paula Vieira do Nascimento**, devidamente matriculada nesta Instituição de ensino.

Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela professor **Sérgio Bandeira** a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail [sergbandeira@ufpa.br](mailto:sergbandeira@ufpa.br).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos de estudo e que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores e/ou seus orientadores.

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.


Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba, 03 de junho de 2022.

*Estelita Lopes de Oliveira*  
Assinatura do(a) participante

*Ana Paula Vieira do Nascimento*  
Assinatura da proponente/orientanda

*[Assinatura]*  
Assinatura do Orientador

  
 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
 Rua da Angélica s/n.º - Mutirão - Fone/Fax: (91) 3751-1107  
 ABAETETUBA - PARÁ

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente a pesquisa com o tema: **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUIA / PA** investindo na investigação de como se dá o acesso de quatro mulheres quilombolas da Comunidade Santa Terezinha, investindo na realidade local no tange a reflexões sobre trajetórias de vida e educacional implicam no processo educacional de mulheres do Ensino Superior no município de Irituia na Comunidade Quilombola Santa Terezinha. A investigação é parte substancial do **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** em fase de finalização da acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Polo Tomé Açu – **Ana Paula Vieira do Nascimento**, devidamente matriculada nesta Instituição de ensino.

Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela professor **Sérgio Bandeira** a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail [sergbandeira@ufpa.br](mailto:sergbandeira@ufpa.br).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

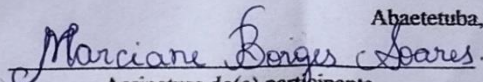
Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos de estudo e que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

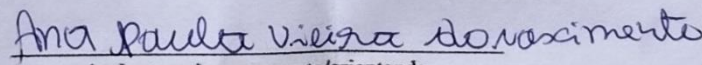
O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores e/ou seus orientadores.

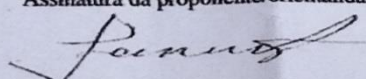
Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba, 03 de junho de 2022.

  
 Assinatura do(a) participante

  
 Assinatura da proponente/orientanda

  
 Assinatura do Orientador



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
Rua da Angélica s/n.º - Mutirão - Fone/Fax: (91) 3751-1107  
ABAETETUBA - PARÁ

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e/ou participar na pesquisa de campo referente a pesquisa com o tema: **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA MULHERES NEGRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA TEREZINHA EM IRITUIA / PA** investindo na investigação de como se dá o acesso de quatro mulheres quilombolas da Comunidade Santa Terezinha, investindo na realidade local no tange a reflexões sobre trajetórias de vida e educacional implicam no processo educacional de mulheres do Ensino Superior no município de Irituia na Comunidade Quilombola Santa Terezinha. A investigação é parte substancial do **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** em fase de finalização da acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFGA/Polo Tomé Açu – **Ana Paula Vieira do Nascimento**, devidamente matriculada nesta Instituição de ensino.

Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela professor **Sérgio Bandeira** a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail [sergbandeira@ufpa.br](mailto:sergbandeira@ufpa.br).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos de estudo e que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores e/ou seus orientadores.

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba, 03 de junho de 2022.

Elilma b. S. de Oliveira  
Assinatura do(a) participante

Ana Paula Vieira do Nascimento  
Assinatura da proponente/orientanda

[Assinatura]

Assinatura do Orientador